



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

TIPO DE AUDITORIA : **AUDITORIA DE GESTÃO**
EXERCÍCIO : **2010**
PROCESSO N° : **23036.000487/2011-80**
UNIDADE AUDITADA : **153978 - INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS
EDUCACIONAIS**
MUNICÍPIO - UF : **Brasília - DF**
RELATÓRIO N° : **201108878**
UCI EXECUTORA : **SFC/DSEDU II - Coordenação-Geral de Auditoria da
Área de Educação II**

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108878, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo (a) INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 11/04/2011 a 06/05/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

II – RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, alterada pela Lei nº 10.269, de 29 de agosto de 2001, e tem como missão promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro, com os objetivos de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e

equidade bem como de produzir informações claras e confiáveis a gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

O Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais, tem como objetivo específico produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

Foi consultado o relatório de gestão da unidade, no item 2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ, as informações prestadas no quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, identificando:

- a) informações orçamentárias e financeiras;
- b) informações sobre os resultados alcançados;
- c) análise do resultado alcançado.

Não houve divergências entre as informações prestadas no relatório de gestão do INEP exercício 2010 e as obtidas acessando-se o SIAFI Gerencial, com relação aos resultados financeiros da unidade pertinentes ao Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

Foram selecionadas para análise 3 Ações representativas do Programa 1449. Esta seleção foi feita considerando-se a materialidade e a vinculação à missão do INEP. As Ações selecionadas foram:

Ação 2000 – Administração da Unidade

Ação 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais

Ação 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competências

A análise do cumprimento da meta física para as Ações selecionadas apresentou o resultado mostrado a seguir:

Programa	Ação	Cumprimento da meta física
1449	2000	Meta física não definida

4000	<p>Meta física : Informações disponibilizadas (unidade).</p> <p>Prevista : 30. Realizada : 28.</p> <p>Meta física não foi cumprida. Foi atingido 93 % da meta física prevista. A unidade apresentou justificativa para o fato.</p>
4017	<p>Meta física : Pessoa avaliada (unidade).</p> <p>Prevista : 4.355.000. Realizada : 3.266.958.</p> <p>Meta física não foi cumprida. Foi atingido 75 % da meta física prevista. A unidade apresentou justificativa para o fato.</p>

Em relação a essas 3 Ações selecionadas, foram feitas avaliações críticas dos resultados físicos e financeiros alcançados e do desempenho da unidade jurisdicionada, tal como a relação com a efetividade do Programa/Ação.

Em relação aos resultados financeiros, todas as Ações tiveram as metas executadas (despesas empenhadas) com valores inferiores às metas previstas (dotação atualizada).

A Ação 2000 – Administração da Unidade é uma ação padronizada cuja finalidade é custear as despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas ou em programas finalísticos. A forma de execução se dá por meio de pagamento de despesas tais como material de consumo administrativo, energia elétrica, locação do edifício sede do INEP, terceirização de mão de obra, diárias e passagens, dentre outras ligadas à manutenção das atividades administrativas do órgão. Com relação às ações que apresentaram problema de execução em 2010, foram rescindidos dois contratos, ambos motivados por descumprimento de cláusulas contratuais. Não foi realizada nenhuma transferência de recurso nessa Ação no ano de 2010. O produto da Ação 2000 é : Administração da Unidade – No Distrito Federal. Não foi definida meta física para a Ação 2000. O montante de recursos executados nesta Ação, no exercício de 2010, está discriminado no quadro abaixo:

153978 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep
Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais

Ação 2000 – Administração da Unidade					
Meta	Previsão	Execução	Execução / Previsão	Atos e fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Física	Não definida	Não definida	-		
Financeira	90.970.413,00	73.473.893,78	81 %	Descumprimento de cláusulas contratuais por parte de 2 empresas	Rescisão dos contratos

A Ação 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais tem como finalidade contribuir para a melhoria e a qualidade da aprendizagem, tornando disponíveis dados e informações imprescindíveis para diagnosticar e monitorar a realidade educacional brasileira e fundamentar as ações de planejamento. As informações disponibilizadas constituem-se em auxílio ao processo decisório para o estabelecimento de políticas educacionais, a partir de estudos, pesquisas, levantamentos, análises estatísticas, soluções tecnológicas e construção de indicadores. A forma de execução se dá por meio de concessão de bolsas aos coordenadores de projetos e a estudantes de pós-graduação, realização de pesquisas, aprimoramento dos indicadores da educação brasileira, transferência de recursos financeiros por meio de convênio ou termo de cooperação, dentre outras formas. O produto da Ação 4000 é : Estudos e Pesquisas Educacionais – Nacional. A meta física definida para a Ação 4000 foi : Informações disponibilizadas (unidade). Foi prevista a meta física de 30, sendo realizada 28, o que representa 93 % de realização em relação à previsão. O montante de recursos executados nesta Ação, no exercício de 2010, segundo dados do SIAFI, está discriminado no quadro abaixo:

153978 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep					
Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais					
Ação 4000 – Estudos e pesquisas educacionais					
Meta	Previsão	Execução	Execução / Previsão	Atos e fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
A realização de apenas 21 % da meta financeira prevista da Ação 4000 deveu-se a que este índice considerou os valores obtidos do SIAFI. Caso seja considerado os dados do relatório de gestão,					

consta que em 2010 o orçamento da Ação 4000 contou com recursos da ordem de R\$ 14.555.000,00, sendo ofertado para cancelamento o montante de R\$ 4.800.000,00 do valor inicial previsto na LOA 2010. Dos R\$ 9.755.000,00 restantes, foram executados R\$ 7.995.775,00, o que significa 81,97 % de execução financeira, e informa que a execução financeira sofreu impacto devido à não assinatura dos convênios e termos de cooperação do Projeto Núcleos da Educação e, portanto, não transferência dos recursos.

A Ação 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competências, tem como finalidade a realização dos exames do Enem, Encceja, Prolibras, Celpe Brás e Exame de Docentes. A forma de execução se dá por meio de despesa para a realização desses exames, tais como serviços gráficos, transporte de instrumentos, serviços de aplicação e Termos de Cooperação. O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem realizou-se em novembro de 2010 e seu público-alvo foi egressos e concluintes do ensino médio no ano de 2010. O exame contou com 4.626.094 inscritos, dos quais 3.261.024 realizaram efetivamente a prova. O Encceja – Exame para Certificação de Competências de Jovens e Adultos teve 155.000 inscritos e teve sua aplicação realizada no dia 20/03/2011. O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) realizou exame que contou com 2.675 inscritos na 1ª edição e 3.259 inscritos na 2ª edição do exercício de 2010, distribuídos em 28 países. O produto da Ação 4017 é : Exames Nacionais de Habilidades e Competências – Nacional. A meta física definida para a Ação 4017 foi : Pessoa avaliada (unidade). Foi prevista a meta física de 4.355.000, sendo realizada 3.266.958, o que representa 75 % de realização em relação à previsão. O montante de recursos executados nesta Ação, no exercício de 2010, está discriminado no quadro abaixo:

153978 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep					
Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais					
Ação 4017 – Exames nacionais de habilidades e competências					
Meta	Previsão	Execução	Execução / Previsão	Atos e fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas
Física	4.355.000	3.266.958	75 %	Baixo índice de comparecimento às provas do Enem, e adiamento para 2011 da realização dos	Inep contratou por dispensa de licitação empresa para viabilizar o

				exames do Encceja (devido a atrasos nos cronogramas de contratação de empresas por parte do Inep), Polibras (devido ao fato que o Edital de Chamada Pública teve de ser republicado por falta de instituições inscritas na 1ª publicação) e Exames de Docentes.	Encceja Nacional, e para o Encceja Japão foi firmado Termo de Cooperação com o Ministério das Relações Exteriores. No caso do Polibras foi firmado Termo de Cooperação com a UFSC.
Financeira	258.480.864,00	209.222.040,73	81 %		

A meta física da Ação 4017 tinha como produto a efetiva participação nos exames do ENEM, Encceja, Polibras, Cele-Bras e Exame de Docentes no ano de 2010. A realização de 75 % da meta física prevista deveu-se principalmente ao baixo índice de comparecimento às provas do ENEM, quando de 4.626.094 inscritos 3.261.024 realizaram efetivamente a prova, um índice de comparecimento de 70,5 %. Além disso, houve adiamento para 2011 da realização dos exames do Encceja, Polibras e Exame de Docentes.

Vale ressaltar que a realização do Enem 2010 foi afetada devido a falhas nos serviços gráficos de impressão de um lote de 21.000 cadernos das provas amarelas. Este problema foi sanado com a reaplicação das provas aos alunos prejudicados, sendo os custos da reaplicação assumidos pela gráfica responsável. Também houve problemas na troca de cabeçalho da folha de respostas do 1º dia de prova, e os alunos que se sentiram prejudicados tiveram um prazo determinado pelo Inep para solicitar via sistema a correção invertida da folha de resposta.

4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

O relatório de gestão exercício 2010 apresenta 16 indicadores institucionais, enquanto o do exercício 2009 relaciona 35 indicadores. Houve, portanto, a exclusão de 19 indicadores em 2010. O relatório de gestão exercício 2010 não apresenta justificativas para a exclusão destes indicadores.

Do total de 16 indicadores informados no relatório de gestão do Inep exercício 2010, foi selecionado para análise o indicador “Taxa de alcance do conjunto de metas físicas previstas para o exercício 2010”, do Programa de Governo 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais, Ação de Governo 4000 – Estudos e Pesquisas Educacionais. Esta escolha justifica-se por se tratar de indicador para acompanhar a gestão da pesquisa, dada a sua vinculação à missão do Inep. As características deste indicador estão descritas no quadro a seguir:

Programa/Ação	Nome do indicador	Descrição do indicador	Fórmula de cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
1449/4000	Taxa de alcance do conjunto de metas físicas previstas para o exercício 2010	Medir a quantidade física realizada, em relação às metas estabelecidas para o exercício 2010	Soma dos resultados previstos no exercício	SIM	SIM

O relatório de gestão apresenta os seguintes comentários a respeito deste indicador:

”A medição do desempenho da Diretoria de Estudos Educacionais (DIRED) tem como principal parâmetro a capacidade que a Diretoria tem de ofertar conhecimento para subsidiar políticas educacionais. Para tanto, foi elaborada a Taxa de Alcance do Conjunto de Metas Físicas Previstas para o Exercício de 2010. Trata-se de um indicador de eficácia, o qual tem por objetivo medir, de forma quantitativa, o desempenho das principais metas estabelecidas para 2010. As metas físicas abrangem o conjunto das principais atividades realizadas pela Diretoria, com vistas a cumprir sua missão institucional de realizar estudos e pesquisas.

O quadro abaixo descreve o conjunto de metas estabelecidas pela DIRED para o exercício de 2010. Foi estabelecida uma unidade de medida de 0 a 100 para pontuar os resultados alcançados. A pontuação foi distribuída entre 4 grupos de metas segundo seu grau de importância”.

Do relatório de gestão foi construído o quadro a seguir, que relaciona os 4 grupos de metas citadas e os resultados previstos/alcançados no exercício:

Metas	Resultado Previsto no Exercício	Resultado Alcançado no Exercício
1. Fomento à Pesquisa	17	10

2. Cálculo de Indicadores	33	33
3. Realização de Estudo e Pesquisa	33	33
4. Apoio e Disseminação de Informações Educacionais	17	17
TOTAL	100	93

O relatório de gestão interpreta o indicador como sendo do tipo Maior-Melhor, ou seja, quanto mais próximo de 100, maior é o alcance do conjunto de metas físicas previstas para o exercício de 2010, e finaliza as considerações a respeito deste indicador com o seguinte comentário:

“A disponibilização de informações educacionais tem como principal foco subsidiar as políticas públicas educacionais. O esforço da Ação 4000 é que essas informações sejam produzidas e disseminadas para que alcancem esse objetivo. No entanto, ao tentar mensurar ou medir o impacto das informações produzidas e disseminadas pela ação, constata-se a dificuldade em quantificá-lo, inviabilizando a construção de um indicador de efetividade, sendo que, na maioria das vezes, o que se consegue é apontar os resultados obtidos, mas o efeito destes aparecem de forma subjetiva na sociedade”.

No relatório de gestão não existe informação a respeito dos resultados referentes ao 1º e ao 2º exercícios anteriores ao do relatório (evolução dos dados do indicador), nem uma análise crítica do resultado do indicador em 2010, conforme requerido (quadro II.C.1) pela DN TCU 107/2010. Foram solicitadas, via Solicitação de Auditoria (SA 201108878/01 – item 52), que o Inep indicasse os motivos para a não inclusão no relatório de gestão do resultado obtido nos exercícios anteriores, e também informações se o indicador está sendo utilizado pelos gestores para a tomada de decisões gerenciais, bem como a documentação comprobatória que evidencie que o indicador está sendo útil para a gestão do Inep. As informações solicitadas foram prestadas através do MEMO MEC/INEP /DIRED nº 2466, de 12/04/2011, onde se relata que o motivo para a não inclusão no relatório de gestão do resultado obtido nos exercícios anteriores foi devido à mudança na fórmula de cálculo do indicador, e que este indicador está sendo analisado pelo INEP, sendo bastante útil. Segue alguns trechos da explicação:

“os resultados do indicador foram analisados, o que indicou problemas na atividade de fomento à pesquisa. A estratégia de execução do projeto “Núcleos de Estudos em Educação” compreende o fomento e o apoio à criação de Núcleos em universidades e institutos de pesquisa para a execução de estudos e pesquisas em educação. As instituições interessadas apresentam projetos com base em edital de chamada pública. Para apoiá-las, o Inep transfere recursos financeiros por meio de convênio ou termo de cooperação. Parte dos projetos selecionados em chamada pública não foram contratados. O principal fator para o insucesso deve-se às dificuldades enfrentadas pelas instituições proponentes de operacionalizar e atender aos atos previstos no Decreto nº 6.170/2007 e na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008. Em todos os projetos apresentados pelas instituições proponentes, houve algum tipo de recomendação de ajuste. Para minimizar os problemas enfrentados, o Inep envidou esforços na orientação normativa e operacional junto aos interessados, realizando reuniões técnicas com as instituições”.

“A execução física sofreu impacto devido a não contratação de projetos de pesquisa para apoio no âmbito do projeto “Núcleos de Estudos em Educação”, o que correspondeu a 7% da meta 1”.

Durante entrevista realizada com os responsáveis pela elaboração dos indicadores, estes informaram que o motivo para a não inclusão de resultados anteriores deve-se ao fato de que este indicador sofreu modificações na fórmula de cálculo para o exercício de 2010 (em 2009 era composto de 10 itens). Com isso, a série histórica ficou prejudicada, tendo em vista que para obtê-la será necessário fazer ajustes.

4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

O Relatório de Gestão apresenta deficiências no Controle Interno Administrativo da UJ no que tange à avaliação e identificação de riscos, bem como no registro histórico de fraudes.

As avaliações da Equipe indicaram as seguintes situações na avaliação dos Controles Internos Administrativos:

AMBIENTE DE CONTROLE: Observou-se que existe um bom ambiente de controle, com algumas ressalvas em relação a definição de responsabilidades em normas e a segregação de funções.

AValiação DE RISCO: Existem deficiências nos processos de avaliação de risco em alguns setores. Os processos de avaliação, como o ENEM e o ENADE, bem como o Censo Escolar, ainda carecem de estudos que possibilitem a implementação de respostas ao risco mais abrangentes.

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE: Dentro desse escopo, faltam políticas de resposta ao risco por meio de rotinas e verificações.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: Observou-se que as informações relativas aos processos são publicizadas pela UJ e que existe transparência nas ações, de um modo geral.

MONITORAMENTO: As atividades de controle são acompanhadas pela UJ, com ressalvas em relação ao monitoramento das recomendações do Controle Interno.

A Auditoria Interna da UJ carece de uma estrutura mais robusta para atender as demandas crescentes fruto da ampliação da relevância das tarefas do Inep/MEC, em especial no que tange a Exames de Avaliação.

4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Os convênios analisados foram suportados pelas seguintes ações orçamentárias: 6503- 4014- 4000 e 1449.

No exercício de 2010, o INEP não recebeu recursos oriundos de contratos de repasses, termo de parceria e termo de compromisso, somente de convênios e termo de cooperação.

Os convênios analisados foram suportados pelas seguintes ações orçamentárias: 6503- 4014- 4000 e 1449.

O INEP no exercício de 2010 realizou 45 transferências por meio de convênios e termos de cooperação, analisamos 06 (seis), conforme demonstrado no quadro a seguir, verificando que foram formalizados obedecendo aos requisitos estipulados nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Quantidade de	Montante (R\$)	% Quantidade	% Valor auditado
----------------------	-----------------------	---------------------	-------------------------

Transferências		Auditada	
45	29.059.134,81	13,3	20,2

Além dos convênios firmados no exercício, foram objeto de análise dois convênios (n.º 025 e 030/2001) celebrados entre o INEP e Universidade Federal do Ceará que estão na situação de "Inadimplência Suspensa" e um Termo de Cooperação entre o INEP e a Universidade Federal de Santa Catarina, onde os exames realizados revelaram impropriedades que estão devidamente registradas no anexo a este Relatório, quais sejam:

1- Atuação deficiente do INEP na conclusão acordada com a Universidade Federal do Ceará por meio de Termo de Conciliação envolvendo recursos federais em Convênios, adquirindo do conveniente um Sistema denominado Àgora, sem a devida documentação (contrato, termo de referencia ou projeto básico) referente aos valores acordados.

2- Descentralização de recursos por meio de Termo de Cooperação (Convênio PROLIBRAS), sem avaliação de custos; a proposta da UFSC datada de 8.11.2010 apresentada antes da publicação do Edital de Seleção n.º 05/2010 para a 2ª chamada pública publicado em 8.11.2010 e ausência de planilha de insumos unitários no processo, que permita a avaliação da proposta pelo INEP.

4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

O quadro a seguir informa, a partir de dados obtidos no SIAFI Gerencial relativos a valores liquidados pelo Inep em 2010, a distribuição de despesas por modalidade de licitação, bem como os valores liquidados correspondentes à amostra de processos examinados pela equipe de auditoria.

Tipo de Aquisição de bens/serviços	Valor no exercício	% Valor sobre total	Montante analisado	% Recursos analisados
Dispensa	172.352.814,45	50,0	29.921.888,14	17,4
Inexigibilidade	50.866.008,44	14,7	200.000,00	0,4
Convite	0,00	0,0	0,00	0,0
Tomada de preços	0,00	0,0	0,00	0,0
Concorrência	5.345.016,48	1,6	0,00	0,0
Pregão	116.242.483,77	33,7	15.212.380,00	13,1

TOTAL	344.806.323,14	100,0	45.334.268,00	13,1
-------	----------------	-------	---------------	------

Fonte: SIAFI Gerencial – Empenhos liquidados por modalidade de licitação

Verifica-se, pelo demonstrado acima, que no exercício de 2010, 50,0% dos valores dos contratos da entidade originaram-se por dispensa de licitação (R\$ 172.352.814,45). A maior parte desse valor (R\$ 160.173.325,02 equivalente a 92,9% do valor total das dispensas) refere-se a três contratações, todas com base no Inciso XIII, Art. 24da Lei nº 8.666/93:

1. Contratação Pré-testes para o Banco Nacional de Itens – BNI - Valor R\$ 6.191.692,00;
2. Contratação Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM/2010 - Valor R\$ 128.542.405,10;
3. Contratação Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE/2010 - Valor R\$ 25.439.227,92.

Os processos analisados estão dispostos de forma sintética no quadro a seguir, cujo escopo foi avaliar a adequação da licitação quanto aos critérios da oportunidade e conveniência, enquadramento da modalidade licitatória, bem como as razões das dispensas e inexigibilidades.

Processo	Nº da Licitação	Contratada (nome e CNPJ)	Valor da licitação Liquidado em 2010	Oport. e Conven. do Mot. da Licitação	Mod. da Licitação	Fund. da dispensa	Fund. da Inexig.
23036.000364/2010-68	Pregão Eletrônico nº 10/2010	STI – System Tecnologia da Informação Ltda CNPJ 05.704.797/0001-21	2.335.000,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se aplica
23036.002378/2010-16	Pregão Eletrônico nº 27/2010	Ata Comércio e Serviços de Informática Ltda CNPJ 09.571.988/0001-13	4.051.000,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se aplica
23036.002463/2010-84	Pregão Eletrônico nº 26/2010	DNA Soluções Inteligentes em Tecnologia Ltda CNPJ 09.475.056/0001-77	4.340.000,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se aplica
23036.002689/2010-85	Pregão Eletrônico nº 29/2010	STI – System Tecnologia da Informação Ltda CNPJ 05.704.797/0001-21	3.040.000,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se aplica
23036.002415/2010-96	Pregão Eletrônico nº 25/2010	Redisul Informática Ltda CNPJ 78.931.474/0001-44	466.380,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se aplica

23036.000464/2010-94	Pregão Eletrônico nº 09/2010	RR Donnelley Moore Editora e Gráfica Ltda CNPJ 62.004.395/0001-58	980.000,00	Adequada	Devida	Não se aplica	Não se aplica
23036.001289/2010-52	Dispensa de Licitação nº 194/2010	Fundação CESGRANRIO CNPJ 42.270.181/0001-16	25.439.277,92	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.001160/2010-44	Dispensa de Licitação nº 173/2010	Fundação Universidade de Brasília CNPJ 00.038.174/0001-43	299.193,60	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.000512/2010-44	Dispensa de Licitação nº 71/2010	Fundação Getúlio Vargas CNPJ 33.641.663/0001-44	320.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.001707/2010-10	Dispensa de Licitação nº 222/2010	Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial – CETEFE CNPJ: 26.444.653/0001-53	1.146.417,68	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.000120/2010-85	Dispensa de Licitação nº 06/2010	CAPTAR Serviços Técnicos Ltda (SERVNAC) CNPJ: 02.590.700/0001-09	2.699.998,94	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.000402/2010-82	Dispensa de Licitação nº 41/2010	Jane Fraga Tutikian CPF: 802.583.280-53	8.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.003041/2010-26	Dispensa de Licitação nº 219/2010	Mário Luiz Rabelo CPF: 222.761.901-59	2.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.000213/2010-18	Dispensa de Licitação nº 12/2010	Maria Regina Marques Marinho CPF: 134.096.622-00	7.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Adequado	Não se aplica
23036.000657/2010-45	Inexigibilidade de Licitação nº 05/2010	Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica –ABTG CNPJ: 62.427.281/0001-10	200.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Adequado

Os exames realizados revelaram impropriedades no que se refere:

1. Contratação por dispensa de licitação sem a devida justificativa dos preços junto ao mercado;

2. Fragilidades na elaboração do projeto básico gerando alteração do edital sem publicidade e variação entre os preços orçados e contratados.

Recomendação:

Que o INEP em suas contratações, mormente aquelas por dispensa de licitação, adote a prática de consulta à organizações/empresas similares no mercado a título de pesquisa de preços, de modo a avaliar os preços praticados junto a outras fontes.

4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Conforme quadros A.5.1, A.5.2, A.5.3, A.5.8, A.5.9 e A.5.10 que compõem o Relatório de Gestão do exercício/2010, foi verificado que o INEP tem lotação autorizada para provimento de cargo efetivo de 620 vagas. Em 31.12.2010 dispunha de 358 servidores efetivos (contagem inclui ativo permanente, cedidos, requisitados, descentralizados de carreira e contrato temporário), o que representa 58% da lotação autorizada.

Para suprir a insuficiência de servidores efetivos, em julho/2010, foi solicitado ao MPOG autorização para realização de concurso público para provimento de cargos de Pesquisador-Tecnologista e Técnico em Informações Educacionais.

O INEP dispõe de mão obra jovem e nível de escolaridade muito bom, haja vista que dos 358 servidores, aproximadamente 64% estão na faixa etária de até 40 anos; 21% na faixa etária de 41 a 50 anos; 14% na faixa etária de 51 a 60 anos e 1% acima de 60 anos. O nível de escolaridade dos servidores com nível superior representa 83,2% do total. Dentre os de nível superior 45,6% tem Pós-Graduação; 27,5% tem mestrado e 6,7% tem doutorado.

Com relação ao quantitativo de servidores por categoria funcional da Unidade Jurisdicionada, referente ao exercício 2010, condensou-se os dados abaixo, os quais foram extraídos do Sistema SIAPE e do Relatório de Gestão elaborado pelo INEP, onde verifica-se que em 2010 o quantitativo de servidores efetivos do INEP teve uma redução de aproximadamente 6%. Entretanto a força de trabalho do órgão em comparação ao exercício de 2009 teve um acréscimo de aproximadamente 22%. Esse acréscimo é decorrente do aumento de 111,86% ao número de funcionários terceirizados prestando serviço ao INEP, o que tem elevado significativamente a quantidade de mão-de-obra transitória na entidade.

	2008	2009	2010
Tipologia			
Ativo Permanente	215	294	274
Aposentado	11	11	14
Cedidos	10	10	14
DAS sem vínculo	24	25	20
Requisitado	13	11	14

Requis. Outros Orgãos	05	04	02
Contrato Temporário	11	51	46
Descentralizados de Carreira	05	04	08
Prestadores de Serviços (terceirizados)	152	118	250
Estagiários	-	-	04
TOTAL	446	528	646

Os exames na folha de pagamentos foram realizados a partir do levantamento de desconformidade disponibilizado pela Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial - DPPCE, nas ocorrências abaixo listadas, onde foi verificado a correta aplicação da legislação de pessoal pelo INEP.

Ocorrência	Quant. de servidores da ocorrência	Quant. de servidores Analisados	Quant. de servidores enquadrados na ocorrência
Servidores cedidos e requisitados	30	6	0
Servidores na Situação Funcional de Aposentados e encontram-se na Situação de Ativo Permanente	3	3	0
Servidores que recebem auxílio - transporte em valor superior a R\$ 300,00	1	1	0
Servidores que estão percebendo o abono de permanência	16	6	0
Servidores aposentados após 18.1.1995 que percebem opção de função	3	3	0
Servidores que percebem auxílio-alimentação com valores divergentes daqueles estabelecidos pelo MP	56	20	0
Servidores na situação funcional de aposentados com mais de um vínculo	3	3	0

Pagamento de exercícios anteriores	15	3	0
------------------------------------	----	---	---

4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Em relação à avaliação do cumprimento pela UJ das determinações e recomendações expedidas pelo TCU, foi analisado as determinações do Acórdão nº2.557/2010-2º Câmara, que foram atendidas à exceção de problemas na elaboração de projetos básicos por parte da UJ e da contratação de consultores de Organismos Internacionais para realizar atividades de TI.

Verificou-se, também, as providências alusivas ao Acórdão nº 1.249/2007- Primeira Câmara., que tiveram suas demandas parcialmente atingidas. Nesse sentido, não houve a conclusão definitiva do Termo de Conciliação com Instituição Federal de Ensino Superior, em relação a Convênio celebrado em 2001; e não foram informados dados alusivos as medidas judiciais adotadas pela Procuradoria-Regional da União - 1ª Região em virtude da responsabilização de empresa pelo furto de bens pertencentes ao INEP, conforme sindicância de 2005.

No que tange ao atendimento das recomendações da CGU foi consignada em relatório não atendimento de recomendação relativa a aplicação de multa no Consórcio que aplicou o ENEM /2009.

4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Não houve ocorrência de passivo sem previsão orçamentária de créditos ou recursos no exercício de 2010, conforme demonstrado no Relatório de Gestão da entidade.

4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Relativamente às inscrições em restos a pagar no exercício 2010, analisou-se os empenhos, devido a Unidade auditada não formalizar processo, sendo então verificada a adequação da inscrição em restos a pagar, cujo volume de recursos encontra-se disposto no quadro a seguir:

Restos a Pagar 2010 (A) R\$	Restos a Pagar Analisados (B) R\$	Percentual Analisado (B)/(A) %	% de RP com inconsistência
121.779.918,72	7.358.499,95	6,04	14,16

Os empenhos analisados referem-se: indenizações e restituições; outros auxílios financeiros a pessoa física; despesas de exercícios anteriores; equipamentos e materiais permanente; locação de mão de obra; outros auxílios financeiros a pessoa física, passagens e despesas com locação; diárias de pessoal civil e outros serviços de terceiros- pessoa física.

4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Com a finalidade de avaliar quanto à objetividade os critérios adotados para a aferição da qualificação técnica e capacidade operacional para o chamamento público de convenientes entidades privadas sem fins lucrativos, conforme Art. 5º do decreto 6.179/2007 foram avaliados 01 edital de chamamento público. Os convênios decorrentes deste chamamento público encontram-se a seguir listados:

Transferencia	Programa	Ação	Entidade	Valor R\$
737534	1449	4000	Fundação Getúlio Vargas	185.501,00
737533	1449	4000	Ação Educativa Ass. Pesquisa e Informação	561.981,40
737532	1449	4000	Centro Estudos de Cultura Contemporânea	492.882,40
743320	1449	4000	Fundação Instituto Pesquisas Econômicas - FIPE	625.840,00

Verificou-se que a Unidade Jurisdicionada tem utilizado critérios objetivos e compatíveis com as diretrizes e os objetivos dos respectivos programas nos seus Chamamentos Públicos.

4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Em análise por amostragem, verificamos que os contratos e convênios de 2010 estão atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais -SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasses e Termos de Parceria -SICONV, conforme determina a Lei n.º 12.309/2010.

4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

O INEP vem cumprindo a Lei n.º 8.730/93, que estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos e funções de confiança, pois na análise por amostragem em 13% dos servidores que exerceram em 2010 cargos ou função, não foi detectada falha, ou seja, todos da

amostra autorizaram o acesso ao INEP à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física ou Declaração de Bens e Valores (Lei nº 8.429/92 e Decreto nº 5.483/2005), em conformidade com os Anexos I e II da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06/09/2007, publicada no DOU de 11/09/2007 – Seção 1, págs. 51 a 53.

4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Em análise ao relatório de gestão, exercício 2010, verificou-se no item 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, QUADRO A.10.1 que o INEP declarou não adotar nenhum dos critérios de sustentabilidade recomendados pela IN SLTI 01/2010.

Adicionalmente, não foram observados nos processos de aquisições de bens de TI analisados critérios objetivos de condições de aquisição baseadas nas diretrizes de sustentabilidade em TI (TI verde), tampouco foram observadas no Plano de Aquisições e Contratações de TI previsões para contemplar preferencialmente as especificações de bens citadas com configurações aderentes aos computadores sustentáveis, também chamados TI Verde, conforme a Portaria SLTI nº 02/2010.

Recomendação: adotar de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços no âmbito da unidade.

4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O INEP não dispõe de imóveis de propriedade da União sobre sua responsabilidade. Para a instalação da sede do INEP foi locado imóvel Edifício Dario Macedo, localizado no Setor de Rádio e Televisão Sul, Quadra 701, Bloco M, Brasília/DF, com área total de 9.298,32 m², sendo 2 (dois) pavimentos no subsolo e 8 (oito) pavimentos superiores. O valor da locação mensal em 2010 era de R\$ 375.908,88 e a partir de 01.03.2011 passou para R\$ 520.000,00.

Vale informar que o imóvel locado pelo INEP não está registrado no SPIUnet como imóvel locado de terceiro, conforme orientação contida no Manual do SPIUnet.

4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

I. Planejamento Estratégico de TI – Contas 2010

Durante os trabalhos de auditoria, foram analisados o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), juntamente com as documentações de elaboração do plano e de criação do comitê diretivo de TI. O PDTI contemplou satisfatoriamente todas as áreas analisadas, e, apesar de não haver um Planejamento estratégico institucional, no processo de criação do planejamento estratégico de TI pôde-se observar pesquisas junto ao órgão de necessidades de TI, de forma que o planejamento contivesse diretrizes relacionadas com as atividades e a missão do órgão.

Existe um comitê diretivo de TI em funcionamento no âmbito do ministério da educação, que possui membros do INEP, dispendo sobre às áreas de TI do MEC como um todo, determinando inclusive

prioridades de investimento e alocação de recursos.

Cabe registrar como ponto positivo na gestão que o PDTI, que apresenta uma análise completa do órgão, problemáticas, planos de ação, contratação, investimentos, capacitação, dentre outros, com metodologias bem definidas e sugestões claras de melhoria na gestão de TI.

II. Política de Segurança da Informação – Contas 2010

Nos trabalhos de campo verificou-se que a política de segurança da informação não encontra-se em vigor, de forma que quando da análise das manifestações da unidade informou-se que a PSI já fora finalizada, encontrando-se em processo de aprovação. Tal processo englobaria tanto a aprovação da PSI, quanto a instituição de comitê gestor de segurança da informação.

III. Recursos Humanos de TI

A força de trabalho em TI, segundo os dados apresentados pelo INEP, contém os seguintes quantitativos de pessoal:

Tipo de contratação	Quantidade	Percentual
Terceirizados*	57	52,29%
Contrato Temporário (CTU)	40	36,70%
Servidores de Carreira, exercício descentralizado e DAS	12	11,01%

*foram incluídos dentre os terceirizados os trabalhadores contratados por produto, dado o teor genérico das contratações por produto da unidade.

Observa-se que a mão de obra contratada de forma não-efetiva (terceirizados e produto) representa mais da metade da mão de obra relacionada a TI (52,29%), dado que representa grande risco de dependência de indivíduos sem vínculo com o órgão para execução de atividades críticas à gestão do INEP, pois a realização de exames educacionais necessita de grandes esforços na área de TI para garantir a realização das etapas de exame, bem como sua segurança e sigilo de dados.

Verificou-se que o Plano de Cargos e Salários da UJ não possui carreira específica para a área de TI.

Por fim, foram detectadas fragilidades na contratação de prestação de serviços por produto, em que o INEP realizou atividades de TI por meio de cooperação técnica internacional em desacordo com a

legislação vigente.

IV. Desenvolvimento e Produção de Sistemas

Neste item, dentro do escopo avaliado, não foram encontrados pontos sensíveis na gestão, tendo o Inep cumprido corretamente os dispositivos legais que disciplinam o desenvolvimento e produção de sistemas. Cabe ressaltar que o INEP demonstrou o fortalecimento da gestão nas áreas avaliadas, com vários pontos positivos apresentados:

- fluxo bem definido para a subcontratação de sistemas;
- metodologia de desenvolvimento de sistemas que garante a integridade do processo
- contempla a contratação de serviços de TI por pontos de função
- possui rotina para avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UJ.

V. Contratação e gestão de bens e serviços de TI

No contrato analisado, bem como nos documentos apresentados na temática de aquisições de TI, observaram-se dentro do escopo analisado boas práticas, tais como:

- explicita no projeto básico das contratações os benefícios em termos de resultado para a UJ.
- adota processo de trabalho formalizado para as contratações de TI.
- procede corretamente com a transferência de conhecimentos produzidos por terceirizados.

Porém foram observadas inconsistências na fiscalização do contrato analisado, que permitiram a contratação de funcionários sem a qualificação técnica exigida no projeto básico.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 19 de agosto de 2011.

NOME	CARGO	ASSINATURA
ELISABETE GOMES PIEROTE VASCONCELOS	AFC	_____
FABIO FELIPE DAQUILLA PRATES	TFC	_____
HELOISA MARIA MACIEL CORREA DE SOUZA	TFC	_____
JOAO DE DEUS SALOMAO BRITO	AFC	_____